

Plano de Prevenção de Riscos e Infracções Conexas do Município de Sabrosa (PPRCIC)

O Município de Sabrosa, em cumprimento, assim como todos os outros, consciente da mais-valia mas também de uma real necessidade e da obrigação legal no que respeita a preparação e elaboração deste PPRCIC, atenta a legislação vigente, mais precisamente a Lei n.º54/2008, de 4 de Setembro, que criou o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), a Recomendação de 1 de Julho e a Deliberação de 21 de Outubro de 2009, desenvolveu todos os esforços tendentes à apresentação deste documento.

Para este efeito o CPC, do questionário que elaborou, definiu como um dos objectivos o recolher e organizar todas as informações, importantes e relevantes, referentes à prevenção da ocorrência de:

- Factos de corrupção activa ou passiva;
- Criminalidade económica e financeira;
- Branqueamento de capitais;
- Tráfico de influências;
- Apropriação ilegítima de bens públicos;
- Administração danosa;
- Peculato;
- Participação económica em negócio;
- Abuso de poder ou violação do dever de segredo; e,
- Aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícita de informação privilegiada no exercício de funções públicas;

Na Recomendação acima mencionada, os dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores e/ou patrimónios públicos devem elaborar o PPRCIC. As áreas que a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) considera mais susceptíveis de gerar riscos são:

- A contratação pública;
- A concessão de benefícios fiscais;
- O urbanismo e edificação;
- Os recursos humanos; e,
- Gestão financeira;

A gestão de risco é uma actividade que assume carácter longitudinal, formando uma das maiores preocupações de qualquer nível de governação, num estado democrático e de liberdade de expressão. Esta é a forma basilar em qualquer relação entre a actividade municipal e o cidadão e/ou munícipe, dentro da esfera da economia local e do bom desenvolvimento das relações entre ambos. Mais, o CPC considera que o PPRCIC é, para além de um instrumento de gestão, uma ferramenta que possibilitará identificar eventuais responsabilidades e responsáveis, que operam na gestão da coisa pública.

Por último, a prossecução deste PPRCIC colocará Portugal no topo da lista dos países que combate este factor.

O Município de Sabrosa, identificando-se com este problema que se afigura como redutor do estreitamento de relações entre a Administração Pública e o Cidadão, desenvolverá todos os esforços no sentido de não permitir qualquer entrave ao desenvolvimento económico-social e ao livre funcionamento do mercado, assumindo:

- Integridade, nas melhores soluções para o interesse público;
- Comportamento profissional;
- Ética nas acções;
- Responsabilidade social;
- Não exercício de actividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções no Município ou criar situações de conflitos de interesses;
- Promoção, em tempo útil, do debate necessário à tomada de decisões;
- Respeito absoluto pelo quadro legal vigente e cumprimento das orientações internas e das disposições regulamentares;
- Manutenção da mais estrita isenção e objectividade;
- Transparência na tomada de decisões e na difusão da informação;
- Publicitação das deliberações municipais e das decisões dos órgãos;
- Igualdade no tratamento e não discriminação;
- Declaração de qualquer benefício que possa influenciar a imparcialidade.

1. Estruturação do Município de Sabrosa

O Município de Sabrosa é uma pessoa colectiva de direito público, com o Número de Identificação de Pessoa Colectiva (NIPC) 506824942, com o Código de Actividade Económica (CAE) 75113, sito em Rua do Loreto, 5060-328 Sabrosa, exercendo as atribuições conferidas por lei.

Dos órgãos do Município destaca-se o executivo que se reúne, de forma ordinária, quinzenalmente, na segunda e quarta terça-feira de cada mês, no Edifício dos Paços do Concelho, pelas 17 (dezassete) horas, com as competências e regime jurídico definidos pela Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Através do Aviso n.º8276/2000 (2.ª série) e nos termos e para efeitos do disposto no n.º2, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º116/84, de 6 de Abril, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei n.º44/85, de 13 de Setembro, tornou-se público que a Assembleia Municipal de Sabrosa, em sua sessão ordinária de 21 de Setembro de 2000, deliberou aprovar, sob proposta da Câmara Municipal, de 13 de Setembro de 2000, a reestruturação dos serviços municipais e respectivo quadro de pessoal, revogando, assim, o quadro em vigor. A estruturação dos serviços municipais tem como objectivo principal adequar a sua organização à dinâmica evolucionista do poder local e está feita com recurso a um organograma, com a representação dos diversos níveis de organização, conforme apresentação adiante apresentada.

2. Serviços e responsáveis

2.1 Das atribuições comuns aos diversos serviços da Câmara Municipal:

- a) Elaborar e submeter a aprovação superior as instruções, circulares, regulamentos e normas que forem julgados necessários ao correcto exercício da sua actividade, bem como propor as medidas de política adequadas no âmbito de cada serviço;
- b) Colaborar na elaboração dos diferentes instrumentos de planeamento, programação e gestão da actividade municipal;
- c) Coordenar a actividade das unidades dependentes e assegurar a correcta execução das tarefas dentro dos prazos determinados pela legislação ou por determinação superior;
- d) Assistir, sempre que for determinado, às sessões e reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, respectivamente;
- e) Assegurar eficiência dos métodos e processos de trabalho, a maior economia no emprego de todos os recursos e a boa produtividade dos recursos humanos;
- f) Remeter ao arquivo geral, no fim de cada ano, os documentos e processos que hajam sido objectos de decisão final;
- g) Zelar pelo cumprimento dos deveres dos funcionários em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor;
- h) Respeitar a correlação entre o plano de actividades e o orçamento do município, com vista ao cumprimento do princípio de gestão (maior eficácia e eficiência dos serviços municipais);

- i) Preparar a minuta dos assuntos que careçam de deliberação da Câmara Municipal;
- j) Assegurar a execução das deliberações da Câmara e despachos do Presidente e dos Vereadores nas áreas dos respectivos serviços;
- k) Assegurar a informação necessária entre os serviços, com vista ao seu bom funcionamento;
- l) Respeitar o princípio de prioridade das actividades operativas sobre as instrumentais;
- m) Manter o Presidente da Câmara Municipal ao corrente das actividades dos serviços que dirige;
- n) Adoptar e propor todas as demais providências julgadas necessárias ao bom funcionamento dos serviços;
- o) Manter a disciplina do pessoal dependente e informar os requerimentos ou petições dos mesmos;
- p) Gerir os recursos humanos, técnicos e patrimoniais que lhe estejam afectos, garantindo a sua racional utilização;

2.1 Identificação dos responsáveis

Para o desempenho das competentes atribuições que legalmente lhe estão cometidas, o Município de Sabrosa dispõe dos seguintes serviços:

Órgão Deliberativo

Presidente da Assembleia Municipal

- António Manuel de S. Ribeiro da Graça

Membros

- Helena Maria Campos Ervedosa Lacerda Pavão – 1.ª Secretário
- Luís Eduardo Pereira Pinto – 2.º Secretário
- João Manuel Teixeira
- Alexandre Fernandes Ferro
- Celestino José Fernandes Silva
- Avelino António Coelho Amaral
- Paulo Sérgio Tomé Rente
- José Clemente Regas Correia
- Manuel Agostinho Martins Machado

- Manuel Peixoto dos Santos
- Filipe Augusto da Cunha Correia
- João António Dias Lopes
- António Aventino Lopes da Silva
- Bruno Alexandre Cardoso Vaz
- Luís António Ribeiro Almeida

Presidentes de Junta de Freguesia

- Victor Manuel Varela Macedo Cardoso - Celeirós do Douro
- José Arnaldo de Carvalho Guerra - Covas do Douro
- António Pinheiro Pereira - Gouvães do Douro
- António Gilberto Regas Correia - Gouvinhas
- José Manuel Alves Pereira - Paços
- Gilberto Monteiro Taveira - Parada do Pinhão
- Carlos Manuel Lebres Lopes Seco - Paradela de Guiães
- José Luís Rodrigues Fernandes - Provesende
- José António dos Santos Pereira - Sabrosa
- Manuel Clemente Videira Correia Teixeira - São Cristóvão do Douro
- Manuel Emílio Alves Cerqueira Coelho - São Lourenço de Ribapinhão
- José Luís Ramos Gonçalves - São Martinho de Anta
- José Vitória Rebelo - Souto Maior
- António Rodrigo Silva Timóteo - Torre do Pinhão
- Manuel Marcelino Alves - Vilarinho de São Romão

Órgão Executivo

- | | |
|------------------------|---------------------------------|
| ▪ Presidente da Câmara | José Manuel de Carvalho Marques |
| ▪ Vice-presidente | Domingos Manuel Alves Carvas |
| ▪ Vereador | Mário Vilela Gonçalves |

- Em regime de não permanência:
 - Vereador
Helena Maria Marques Pinto da Lapa
 - Vereador
Milciades Emílio C. Barbosa de Carvalho
- Gabinete de Apoio à Presidência
 - Chefe de Gabinete
Isabel Maria Martins Rodrigues de Freitas
 - Adjunta
Ana Raquel Miranda Gouveia Lopes
 - Secretária
Ana Cristina Fernandes da Conceição
- Gabinete Jurídico
Paula Freitas
- Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento
Helena Morais
- Gabinete de Veterinária
António Faria
- Gabinete de Protecção Civil
António Matos
- Divisão Administrativa e Financeira
João Areias
 - Secção de Contabilidade
Dina Barros
 - Secção de Pessoal
António Freitas
 - Secção de Expediente e Arquivo
José Félix
 - Tesouraria
Ana Amaral
 - Gabinete Informática
Pedro Rocha
- Divisão Obras, Urbanismo e serviços Urbanos
Carlos Faustino
 - Secção de Obra Particulares
António Eduardo
 - Secção de Obras Publicas
Gina Cuevas
- Serviço de Acção Social e Cultura
 - Educação
Ana Paula Pinto
 - Acção Social
Sónia Moura

2.3 Organigrama

No exercício das suas competências os serviços municipais deverão assegurar mutuamente a colaboração que em cada caso se mostre necessária ou seja superiormente determinada.

